

CHINA E UNIÃO SOVIÉTICA, ESTATISMO E SOCIALISMO

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

Cadernos de Opinião 15, agosto 1980: 70-87.

“Olhe para esse chefe da comuna. É um camponês como os outros. Isto é pior do que eu imaginava. Estes chineses estão invertendo tudo”. (Palavras de um magistrado brasileiro visitando uma brigada de produção nas proximidades de Hang Chou).

“Todo o Partido deve se submeter às regras da disciplina do centralismo democrático: o indivíduo se submete à organização, a minoria à maioria, o nível inferior ao nível superior e o conjunto do Partido ao Comitê Central”. (Art. 8º dos Estatutos do Partido Comunista Chinês).

Abstract. A comparison between relatively socialist China and technobureaucratic URSS after a visit to these two countries in 1979. At that moment Mao Tse Tung was already dead and the Cultural Revolution, finished, but the reforms led by Deng Hsiao-ping had not yet began, and, so, China still conserved some socialists traits, while URSS was already a fully statist social formation.

A Revolução Cultural chinesa está terminada. Depois da morte de Mao Tsé-tung e da tomada do poder por Hua Kuo-feng, apoiado na tecnoburocracia do Partido Comunista e do estado, a extraordinária e contraditória experiência de socialismo libertário, que foi a Revolução Cultural foi suspensa.

A tecnoburocracia estatal reassume todo o seu poder. A China reafirma sua característica de uma formação social predominantemente estatal. Mas isto não significa que o socialismo tenha se transformado em uma mera ideologia da classe dominante, como ocorreu na União Soviética. A China é uma formação em que o modo de produção estatal ou tecnoburocrático é dominante, mas na qual os traços muito claros do socialismo estão presentes. A herança de Mao Tsé-tung, as marcas da própria Revolução Cultural, a maior fidelidade aos ideais igualitários do marxismo, as bases ainda dominante camponesas da sociedade chinesa são provavelmente os principais fatores explicativos desta permanência de traços socialistas na formação social da China.

Quando, em 1976, escrevi as “Notas Introdutórias ao Modo Tecnocrático ou Estatal de Produção”,¹ utilizei como base de referência para a caracterização desse novo modo de produção a União Soviética. Ali podíamos ver, de forma clara, este modo de produção baseado, ao nível das relações de produção, na propriedade estatal, ou seja na apropriação do estado (único controlador dos meios de produção) por uma nova classe de tecnoburocratas, e, ao nível das forças produtivas, nas transformações do desenvolvimento tecnológico e administrativo-organizacional na variável econômica fundamental. Naquela época, entretanto, evitei referir-me à China, que vinha passando pelo extraordinário processo de crítica à burocracia que foi a Revolução Cultural. Realmente, era difícil tomar uma posição naquela época, apesar das contradições desse processo revolucionário conduzido por Mao Tsé-tung, e embora o processo já começasse a entrar em crise com a morte de Mao, com a derrubada do grupo dos quatro em outubro de 1976 e com a subida ao poder de Hua Kuo-feng.

* Este artigo foi escrito durante uma viagem à China e à União Soviética, em julho e agosto de 1979. Não se constitui em um relato de viagem, mas uma tentativa de avaliação geral, ainda que impressionista e limitada, da formação social desses dois países. A literatura utilizada foi aquela de que pude dispor durante a viagem.

¹ *Estudos CEBRAP*, N° 20, abril/junho de 1977.

Hoje, entretanto, aproveitando minha primeira viagem à China, e a partir de todos os acontecimentos destes três últimos anos, creio ser possível uma avaliação mais global, ainda que necessariamente provisória, da formação social chinesa.

Por outro lado, em seguida visitei a União Soviética, e na segunda parte deste artigo procurarei examinar essa formação social a partir das observações e leituras que realizei durante a viagem. Utilizei como quadro de referências a teoria sobre o modo tecnoburocrático ou estatal de produção que desenvolvi anteriormente. As hipóteses desenvolvidas nesse trabalho anterior foram em geral confirmadas, embora com algumas qualificações, especialmente no que diz respeito à estrutura de classes no sistema estatal. Não há dúvida sobre a existência de duas classes na União Soviética como na China, mas é preciso reconhecer que as diferenças de classes é a própria diferenciação entre trabalho manual e intelectual nessas sociedades são menores do que eu imaginava. O poder e o privilégio não se concentram na tecnoburocracia em geral, mas apenas em uma reduzida cúpula de tecnoburocratas autoritários e desenvolvimentistas.

Cabe ainda assinalar que, apesar das diferenças de nível de desenvolvimento e das diferentes heranças deixadas por Mao e Stalin, o primeiro sempre lutando contra a burocracia e o segundo como seu grande líder, as semelhanças entre as formações sociais da China e da União Soviética são grandes. A estrutura de classes, o relativo igualitarismo, a eliminação da miséria na China e de pobreza da União Soviética, o caráter planejado e estável da economia, as configurações urbanas igualitárias e harmônicas, a primazia ao desenvolvimento econômico, a prioridade para os bens de produção sobre os bens de consumo, o atraso dos sistemas de comercialização, a eliminação ou drástica redução da prostituição são características comuns das duas sociedades, como também o regime político autoritário e centralismo, em que a democracia foi suprimida em nome da modernização acelerada e da igualdade econômica. Estas semelhanças decorrem do caráter predominantemente estatal e secundariamente socialista da formação chinesa e soviética.

O Fim da Revolução Cultural

Charles Bettelheim escreveu recentemente um livro de grande interesse em que apresenta os motivos pelos quais se demitiu da presidência da Associação de Amizade Franco Chinesa.² Em síntese, sua posição é muito simples. Com a subida ao poder de Hua Kuo-feng e a posterior reabilitação do vice-primeiro ministro Deng Hsiao-ping, houve a tomada definitiva do poder pela tecnoburocracia chinesa, que Bettelheim chama, impropriamente, de “burguesia de estado”. A grande proposta da Revolução Cultural era exatamente a de assegurar a democracia direta, a democracia das massas, em todos os níveis de produção. Ao nível das empresas, das comunas e mesmo das cidades, como aconteceu com a comuna de Xangai, entre novembro de 1966 e fevereiro de 1967. Os administradores do partido e do governo, os tecnoburocratas, portanto, são então criticados em todos os níveis. Seu poder é substituído pelo dos comitês revolucionários, pelo debate de todos os problemas por todos os trabalhadores envolvidos. Jan Mirdal escreveu um livro sobre as conseqüências da Revolução Cultural ao nível de uma comuna, que mostra bem como eram completas a participação dos trabalhadores e todas as decisões envolvendo a comuna e as brigadas de produção.³

Sem dúvida, a proposta da Revolução Cultural era uma proposta socialista, na medida em que era radicalmente igualitária e antiburocrática. A eficiência na produção e a adoção de técnicas modernas não foram abandonadas, como hoje afirma o governo chinês, mas não há dúvida de que a prioridade não estava no desenvolvimento das forças produtivas e sim na luta de classes, na eliminação dos burocratas, na melhor distribuição da renda, na crítica às formas autoritárias e hierárquicas próprias dos administradores profissionais. A alegação de que uma empresa ou uma comuna dirigida por administradores e técnicos especializados seria mais eficiente não era necessariamente contestada, mas desconsiderada, já que o objetivo fundamental não era maximizar a produção e sim assegurar a gestão

² *Questions sur la Chine après la Mort de Mao Tsé-tung*, Maspero, 1978, Paris.

³ *China, The Revolution Continued*, Vitange Books, 1972, Nova York.

operária e camponesa. E a longo prazo argumentava-se que esta seria a forma mais eficiente, na medida em que contaria com apoio e o entusiasmo de todo o povo.

A proposta da Revolução Cultural, entretanto, não era socialista na medida em que era profundamente autoritária ao nível da cúpula do sistema. Democracia identificava-se com autogestão, não com liberdade de opinião. Nesta área, a Revolução Cultural foi particularmente repressiva. Seus alvos eram, naturalmente, os intelectuais em sentido amplo, ou seja, os tecnoburocratas, os cientistas e os artistas, que estavam, de uma forma ou de outra, sendo prejudicados pela Revolução Cultural.

Esta proposta revolucionária cheia de contradições durou cerca de dez anos, de 1966 a 1976, mas em nenhum momento chegou a realizar-se plenamente. Mao Tsé-tung, que era seu principal líder, era também suficientemente realista para dar um passo atrás sempre que necessário. Ele e seu principal auxiliar, Chu En-lai, sabiam que a China não estava totalmente preparada para a realização de sua utopia. Sua visão e sua coragem levam-no a prosseguir na luta. Sua imensa autoridade permitia-lhe mantê-la acesa mesmo contra os interesses da maioria dos quatro do partido. Mas sua habilidade e realismo faziam-no retroceder ou fazer concessões sempre que fosse necessário.

Depois de sua morte, quando Wang Hong-wen, Tchang Tchovenkiao, Yao Wen-yuan e Kiang Tsing assumem o poder, eles eram os líderes do grupo radical a favor da Revolução Cultural dentro do governo e, portanto, do partido Comunista Chinês. Mas se construía em efetiva minoria dentro do mesmo, como sua subsequente deposição demonstrou. Mao Tsé-tung tinha prestígio e poder suficientes para se opor aos interesses de classe de seus próprios dirigentes. Seus quatro seguidores obviamente não o tinham.

O período da Revolução Cultural foi um período de grande confusão política. Não foi, entretanto, um período de atraso econômico. Os dados de Bettelheim a respeito, ainda que necessariamente incompletos, são bastante claros que a China, ao contrário do que afirma o governo chinês, continuou a se desenvolver rapidamente durante o período. Este desenvolvimento deveu-se, provavelmente, em parte ao entusiasmo e à mobilização do povo no início do processo revolucionário. Mas é preciso admitir que também deve ter-se explicado pelo fato de que a Revolução Cultural em nenhum momento alcançou toda a sociedade chinesa.

Embora a economia continuasse a funcionar, a Revolução Cultural acabou sendo derrotada. E o motivo fundamental para isto está no fato de que não havia, efetivamente, uma alternativa real para o modo estatal de produção, que então já era dominante.

O Imperativo do Desenvolvimento e a Falta de Alternativa

Um regime político no mundo moderno é capaz de sobreviver na medida em que ele seja capaz de garantir a produção de um excedente de forma sistemática e crescente. O estado, de mero garantidor da ordem aristocrática (estado pré-capitalista), ou do mercado competitivo capitalista (estado liberal), transformou-se no principal agente do desenvolvimento. A burguesia, enquanto classe dominante, pode assumir o papel principal na elite dirigente do estado, como aconteceu com a Alemanha de Bismarck, ou com o Brasil de Vargas. Uma nova classe tecnoburocrática, porém, sempre também emerge no seio do processo de industrialização e de criação de excedente. Quando a burguesia não tem condições de assumir poder, essa nova classe o faz em nome do desenvolvimento.

No mundo moderno, a partir do momento em que a Inglaterra realizou sua Revolução Industrial, o desenvolvimento, ou seja, a acumulação de meios de produção e a modernização das técnicas, implicando na produção sistemática e crescente de excedente, tornou-se um imperativo, seja porque em face aos estímulos externos os povos exigem padrões de vida crescentes, seja porque a independência nacional só pode ser assegurada a partir de uma base industrial sólida. A China não constitui exceção a esta regra. Seu desenvolvimento era e é uma condição de sobrevivência do regime político. E esta modernização só podia continuar a ser realizada pela tecnoburocracia chinesa. Só ela tinha condições de assegurar a reprodução e ampliação do sistema econômico. Só ela tinha condições de garantir a unidade

da reprodução do sistema de relações sociais de produção vigente. A alternativa de entregar o poder diretamente aos trabalhadores era utópica, dado seu nível ainda muito baixo de desenvolvimento cultural. Bettelheim acaba por reconhecer esse fato quando afirma que o movimento de massas, que foi a Revolução Cultural, não foi capaz de destruir as relações de produção vigente – porque “o sistema não podia ser destruído se ele não fosse substituído por uma outra forma ou unidade”.⁴ Essa outra forma – a autogestão operária, a democracia direta das massas – precisa ainda ser desenvolvida. “Não se destrói verdadeiramente senão aquilo que se substitui. Entretanto, essa nova forma de unidade não pode ser descoberta senão pelo próprio movimento social. Ela não poderia ser inventada pela teoria”.⁵

Ora, a autogestão operária e camponesa, ainda que seja o objetivo fundamental de qualquer proposta socialista real, não é viável de um dia para o outro. A experiência portuguesa recente mostrou este fato. A experiência chinesa da Revolução Cultural foi mais um ensaio do que uma realidade.

Nesses termos, tecnoburocracia reassumiu a plenitude de seu poder com Hua Kuo-feng. Toda a sociedade chinesa foi desviada da preocupação com a luta de classes, o igualitarismo, a autogestão, a luta antiburocrática. Em seu lugar foi definido um objetivo fundamental: a modernização, o desenvolvimento econômico. Esta política foi chamada de “política das quatro modernizações”: modernização da agricultura, modernização da indústria, modernização da defesa nacional, modernização da ciência e tecnologia. O socialismo foi definido como constituído de duas características: propriedade estatal dos meios de produção e remuneração a cada um, segundo o seu trabalho. Conforme afirma Li Honlin, os princípios fundamentais do “socialismo científico” são dois: “primeiro, devemos persistir na propriedade pública dos meios de produção que promove o desenvolvimento das forças produtivas; segundo, devemos persistir no princípio socialista de a cada um, segundo seu trabalho”.⁶ A autogestão, a participação direta do povo no poder através de um sistema permanente de consultas em todos os níveis e o igualitarismo radical são esquecidos. A democracia é reduzida ao governo da maioria, cuja vontade seria assegurar por eleições secretas e gerais. Isto asseguraria ao controle de estado pelo povo. Como o estado possui todos os meios de produção, socialismo e democracia estariam automaticamente assegurados através dessa manobra reducionista. O fato de se manter a ditadura do proletário, a existência efetiva de um único partido e a repressão de qualquer movimento contra o governo, na medida em que este represente uma ameaça ao socialismo são dados que não dificultam o governo chinês de se autodefinir democrático. Na China prevalece oficialmente o “centralismo democrático” que tem como imperativos fundamentais a via socialista, a ditadura do proletário, o papel dirigente do Partido Comunista e a fidelidade ao pensamento de Marx, Lenin e Mao.

A Questão da Democracia

Mas examinemos um pouco mais detidamente o problema da democracia na China. A democracia socialista é definida como um aperfeiçoamento da democracia burguesa. Conforme Wu Jiali, “ambas se opõem à autocrítica feudal e à ditadura pessoal, as duas são antíteses da autocrítica e buscam a liberdade, a igualdade e os direitos humanos (ainda que o proletário e a burguesia entendam a liberdade, a igualdade e os direitos humanos de maneiras diferentes)... Nosso sistema socialista determina que nossa democracia socialista deve e pode ser superior à democracia burguesa. Mas o ‘deve sê-lo’ não significa que ‘o seja’, nem o ‘pode sê-lo’ equivalente a uma ‘realidade’. Falando direta e francamente, resulta uma ilusão ingênua pensar que o sistema democrático socialista surja por si sem um longo período de prática nem uma luta árdua”.⁷

⁴ op. cit., p. 110.

⁵ ibidem.

⁶ “A Que Tipo de Socialismo Debemos Adherir?”. *Beijing Informa*, nº 24, 20 de junho de 1979, pp. 16-17.

⁷ “Algunos Problemas de la Democracia Socialista”. *Beijing Informa*, nº 24, 20 de junho de 1979, pp. 12-13.

Mas, afinal, o que é a democracia socialista para os dirigentes chineses? Em que ela difere da burguesia? Hua Kuo-feng, em seu relatório de 18 de junho de 1979 perante a segunda seção da quinta Assembléia Popular Nacional, define a democracia como “o direito supremo do conjunto do povo de administrar o estado”, e acrescenta: “a ampliação e o desenvolvimento da democracia socialista implicam, em primeiro lugar, que os administradores, responsáveis pelo governo nos diversos níveis, estejam plenamente conscientes de que é o povo que é o senhor do estado... Democracia, em seu sentido original, significava o governo realizado por uma maioria, e a democracia socialista significa uma administração sem precedentes na história que é exercida *de jure e de facto* por uma massacrante maioria”.⁸

Na verdade, essas declarações não são mera retórica. Existe uma preocupação efetiva na China em aumentar o grau de liberdade política. O que se pretende, principalmente, é aumentar a capacidade de crítica dos intelectuais e em geral dos tecnoburocratas. Como a liberdade é um valor fundamental para a burguesia, também é um valor para os tecnoburocratas. A repressão que os tecnoburocratas sofreram durante a Revolução Cultural foi muito grande. Conforme observava Christopher Pritchett, “a liderança do país parece de fato ter adotado alguns dos argumentos levantados por alguns ativistas políticos durante a campanha a favor da liberdade de palavra do final do ano passado”.⁹ Opiniões divergentes têm aparecido cada vez com mais frequência nos meios de comunicações de massa oficiais. Os deputados vêm revelando uma iniciativa que não possuíam antes. Como para os regimes capitalistas a liberdade de palavra é considerada essencial para dar maior flexibilidade e dinamismo ao regime, na medida em que os erros e a corrupção são criticados, também a China vive um período de ampliação das liberdades democráticas.

Dentro desse quadro está em discussão, no momento, o novo código eleitoral, que assegura voto secreto em todos os níveis. Os deputados federais e estaduais passarão a ser eleitos diretamente, sistemas mais democráticos serão utilizados para a escolha dos candidatos, candidatos não pertencentes ao Partido Comunista serão aceitos, os deputados terão imunidade.

Em compensação, os comitês revolucionários da Revolução Cultural deverão ser substituídos pelos governos locais do povo, e os postos de governadores provinciais, prefeitos, dirigentes das regiões autônomas, prefeitos das municipalidades autônomas e das subprefeituras deverão ser preenchidos da mesma maneira.¹⁰ Em outras palavras, o novo sistema eleitoral sela definitivamente o fim dos comitês revolucionários e restabelece o poder aos tecnoburocratas do partido e do governo, que deverão ser eleitos de acordo com as normas definidas. A classe dominante necessita de normas estáveis que assegurem a ordem e garantam seu poder. As liberdades são asseguradas, desde que não ponha em risco o regime. O Vice-primeiro ministro da Segurança Pública, Ling Yun, entretanto, deixa claro que esta não é uma peculiaridade da China. Todos os estados proibem qualquer ação dirigida para derrubar seu poder político e seu sistema social, e estabelecem artigos específicos em suas leis penais para punir aquelas pessoas envolvidas em tais atividades.¹¹

Estas liberdades são, portanto, cuidadosamente limitadas. Conforme afirma o presidente Hua, “é preciso reprimir energicamente toda tentativa de sabotagem dos elementos anti-socialistas”¹². E a pena de morte é mantida para os contra-revolucionários no novo código penal. Mas é usada muito raramente. Conforme afirma o Vice-Ministro Ling Yun, “nós sempre advogamos reduzir as prisões ao mínimo possível e manter as execuções no limite mínimo absoluto”.¹³ Em qualquer hipótese, não há qualquer real possibilidade de contestação ou sequer oposição ao regime na China. A democracia continua muito

⁸ *Beijing Informa*, nº 27, 9 de julho de 1979, pp. 24-28.

⁹ *The Japan Times*, 14 de julho de 1979.

¹⁰ Peng Zhen, Diretor da Comissão para Assuntos Legais. *Beijing Review*, nº 28, 13 de julho de 1979, p. 9.

¹¹ *Beijing Review*, nº 28, 13 de julho de 1979, p. 17.

¹² *op. cit.*, p. 28.

¹³ *op. cit.*, p. 27.

distante.

Ao mesmo tempo em que se procura aumentar um pouco o grau de liberdade, procura-se também definir com mais precisão as responsabilidades. Por isso, a Assembléia Nacional Popular acaba de receber uma série de projetos de lei do governo: código penal, código de processo final, código da magistratura penal. O princípio geral, que se transformou em uma nova palavra de ordem na China, é o lema liberal clássico: “todos são iguais perante a lei”. Na verdade, esta legislação é parte integrante do esforço no sentido de reforçar a autoridade da tecnoburocracia e garantir a disciplina das massas, que a Revolução Cultural havia abalado. Se produtividade, disciplina, trabalho duro são condições da modernização, exigindo regulamentos internos nas empresas, também um sistema legal penal coercitivo é essencial, não apenas para regulamentar os crimes políticos, mas principalmente os crimes comuns. O índice de criminalidade na China continua baixíssimo, dadas as reduzidas diferenças de classes existentes, mas é suficiente para requerer das autoridades um sistema penal mais precisamente definido. A nova lei penal, por outro lado, proíbe certas práticas políticas que foram comuns durante a Revolução Cultural por parte dos revolucionários, com as falsas acusações, o uso da violência contra funcionários, como espancamento, tortura, aprisionamento privado. Fica claro que com isto o que se pretende é prevenir uma nova Revolução Cultural.

A Gestão Econômica

Todas essas diretrizes, o esforço em direção à modernização, as novas leis eleitorais e penais, a nova lei sobre investimentos mistos estrangeiros e nacionais reafirmam a dominação tecnoburocrática, autoritário, e portanto o caráter de classe da sociedade chinesa atual. A nova lei sobre investimentos estrangeiros, atualmente em discussão, assegura o controle acionário ao governo chinês, estabelecendo que a participação máxima de capital estrangeiro é de 49% e a mínima de 25%. Garante o repatriamento dos lucros e do capital, e estabelece que dentro de um prazo relativamente curto a empresa deverá ser vendida ao estado chinês. A tecnologia deverá ser sempre a mais moderna possível. Ainda que falem sempre em uma tecnologia adequada às suas necessidades, os chineses também reafirmam a todo o momento que só estão interessados em tecnologia de ponta. A idéia de que a tecnologia não seja neutra, condicionando um determinado regime, é negada. Conforme afirma Hua Kuo-feng, “nós devemos introduzir ativamente as técnicas avançadas e utilizar capitais de origem estrangeiras. É completamente errado interpretar este princípio como uma regressão”.¹⁴

Por outro lado, ao nível das empresas busca-se também uma reforma geral, que garanta mais autoridade e maior autonomia aos administradores profissionais e maior importância à lei do valor-trabalho na determinação dos preços das mercadorias. Na China, como nos demais países cuja formação social já é predominantemente tecnoburocrática ou estatal, os preços não tendem a corresponder ao valor, dado o grande número de subsídios e impostos implícitos nos preços que o sistema central de planejamento impõe. Mas como já aconteceu na União Soviética e nos países da Europa Oriental, de tempo em tempo volta-se a campanhas para reduzir os subsídios, para adequar melhor os preços de produção e ao valor-trabalho das mercadorias, para respeitar melhor as leis do mercado dentro da economia planejada. Isto acontece hoje na China. Afirma o presidente Hua Kuo-feng: “negligenciamos a lei do valor na produção de mercadorias”.¹⁵ Portanto, mais uma vez o objetivo será ajustar os preços ao valor, depois, naturalmente, de se equalizarem as taxas de lucros nos termos propostos por Marx.

Concomitantemente, buscar-se-á uma maior descentralização das atividades econômicas. As instituições locais terão mais autoridade. Em contrapartida, os administradores profissionais, sob a direção do Partido Comunista, deverão exercer plenamente sua autoridade e responsabilidade. Nas palavras do presidente chinês: “De hoje a três anos todas as nossas empresas deverão colocar em ação equipes dirigentes política e profissionalmente competentes, constituídas de técnicas que desempenhem de fato seu papel; elas deverão praticar resolutamente o sistema de responsabilidade do diretor da

¹⁴ op. cit., p.15.

¹⁵ op. cit., p. 13.

empresa sob a direção do comitê do Partido, de maneira que o diretor seja efetivamente o principal dirigente administrativo sob as ordens de quem se organiza toda a produção; deverão restaurar e aperfeiçoar os regulamentos internos que sempre se demonstraram eficazes desde a instauração da nossa República”.¹⁶ Em outras palavras, a autogestão, a indisciplina e a iniciativa operária devem dar lugar à administração burocrática. A democracia, ao nível da fábrica, atribuída pelos dirigentes chineses ao “esquerdismo radical” ou ao “anarquismo” de Lin Piao e do grupo dos quatro, não pode ser admitida.

Chegou o momento da administração e da técnica. Modernizar e ser eficiente. Eficiência se garante com hierarquia, planejamento e controle dos resultados. Por isso, haverá descentralização, já que não há alternativa, dada a enorme complexidade da economia chinesa, mas os dirigentes serão controlados pelos resultados alcançados. E esses resultados não se medirão primordialmente em termos de volumes de produção, e sim em termos de lucros. Caso não alcancem lucros, as empresas serão fechadas. Afirma claramente o presidente Hua Kuo-feng: “Todas as empresas que são há muito deficitárias em virtude da má administração deverão mudar essa situação e realizar lucros dentro de um ano; caso contrário, paralisar-se-á a produção, com vistas a uma reorganização, o governo não lhes dará mais subvenções e os bancos não lhes concederão mais créditos”.¹⁷

Em outras palavras, procura-se dar maior importância ao mercado como regulador da economia. Na atual sistema econômico chinês, “as autoridades centrais fixam as receitas e as despesas das empresas, e assumem o comando de sua produção, de seus fornecimentos e da venda de seus produtos, sem lhes deixar margem de manobra. As empresas lhes remetem todas as suas receitas e limitam-se a lhes demandar as somas necessárias às despesas. Os departamentos de equipamentos compram todos os meios de produção produzidos pelas fábricas, e os departamentos comerciais são encarregados de vender os produtos de consumo. Negligencia-se, portanto, o papel regulador do mercado”.¹⁸

Em face dessas mudanças, alguns intérpretes entendem que assistimos à restauração do capitalismo na China. Bettelheim pensa assim, mas evidentemente sua concepção de capitalismo de estado e de burguesia de estado coincide aproximadamente com os conceitos que prefiro utilizar, de modo estatal de produção e de tecnoburocracia. Nada têm a ver com o verdadeiro capitalismo. Para que haja capitalismo é necessário que haja capital, ou seja, propriedade privada dos meios de produção pela burguesia. É necessário que o mercado, e não o plano, seja o principal instrumento de controle da economia. É necessário que a mais-valia, através da troca de mercadorias equivalentes no mercado, seja a forma de apropriação do excedente pela classe dominante. É necessário que a força de trabalho seja uma mercadoria. Ora, nenhuma dessas características prevalece ou tende a prevalecer na china. O que há é retomada do poder pela tecnoburocracia, que controla o aparelho do estado de forma autoritária. Lucro, mercado, valor-trabalho não são necessariamente conceitos capitalistas. Podem ser métodos de controle da economia para uma tecnoburocracia estatal, que busca através do planejamento reproduzir as condições do mercado, o controle através da concorrência, dos preços e dos lucros, procurando ao mesmo tempo evitar as distorções inerentes ao mercado capitalista.

Trabalho Intelectual e Manual

No processo de retomada do poder pela tecnoburocracia, o combate às idéias da Revolução Cultural naturalmente é essencial. Como não é politicamente interessante para o governo chinês repudiar Mao Tsé-tung, que afinal foi o grande herói da revolução chinesa, nem a própria Revolução Cultural, que teve o apoio pelo menos formal, não apenas de Mao, mas também de muitos dos atuais dirigentes, é a Lin Piao e ao grupo dos quatro que são atribuídos todos os males e todos os erros, ou seja, todas as idéias da Revolução Cultural. Entre essas idéias, agora reduzidas, duas ainda merecem referências: o problema da distinção entre trabalho intelectual e manual e o da luta de classes.

¹⁶ op. cit. P. 14-15.

¹⁷ op. cit., p. 14.

¹⁸ Shi Zhengwen, “Rééquilibrer l'Économie: Pourquoi et Comment”. *Beijing Information*, nº 26, 2 de julho de 1979, p. 26.

A Revolução Cultural advogou e colocou em prática a supressão dos exames vestibulares para a universidade. Com isso pretendia-se dar maior oportunidade aos filhos dos trabalhadores já que nos exames os filhos dos intelectuais *lato sensu* ou tecnoburocratas tinham uma óbvia vantagem. Além disso, durante seis meses as aulas foram suspensas na universidade a pedido dos estudantes. E todos os tecnoburocratas deviam passar cerca de dois anos trabalhando no campo para que conhecessem o trabalho manual e assim fossem sendo eliminadas as diferenças entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Um dos pilares fundamentais das diferenças de classe em qualquer sociedade é a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Nas sociedades tecnoburocráticas, onde a propriedade privada dos meios de produção foi eliminada, esta é a principal fonte das distinções de classe. Há uma classe de tecnoburocratas ou intelectuais e uma classe de trabalhadores manuais. A Revolução Cultural levantou-se contra essa distinção, mas depois de outubro de 1976 as reformas nesse sentido foram por terra. Os exames vestibulares foram restabelecidos, os estágios obrigatórios no campo, extintos. Desta forma, os tecnoburocratas sentem-se mais seguros de poder transferir para seus filhos a sua própria posição de classe. É certo que a supressão dos exames vestibulares implicou em uma redução do nível de ensino na China. Os testemunhos que colhi a respeito são claros. E foi esse o argumento utilizado para o restabelecimento dos exames vestibulares. Se se desejam modernização, maior desenvolvimento científico, não há dúvida de que o aproveitamento dos filhos dos tecnoburocratas é, em princípio, a estratégia mais indicada, já que, em geral, estão mais preparados para o estudo de nível superior. Desde que, ao mesmo tempo, se mantenham abertas as vias de mobilidade social, de forma que a elite dirigente possa ser parcialmente renovada, teremos maior eficiência no ensino e na pesquisa científica. Da mesma forma, os estágios obrigatórios no campo foram eliminados, com o argumento de que se constituíam em desperdício de mão-de-obra qualificada. O argumento é novamente irrefutável de um ponto de vista modernizador. Mas não há dúvida também de quanto ao seu conteúdo de classe. A distinção entre o trabalho intelectual e o manual, com a valorização do primeiro, foi restabelecida na China. Também por este aspecto o modo ou produção tecnoburocrático prevalece sobre o socialista, em nome dos interesses de classes e do imperativo de modernização.

Duas Classes

Durante toda esta análise estamos supondo sempre a existência de duas classes na China: a classe dominante dos tecnoburocratas e a classe dominada dos trabalhadores manuais, sejam eles operários ou camponeses. As distinções de remuneração, ainda que muito pequenas na China, permitem essa distinção. Os ordenados dos tecnoburocratas tendem a ser duas a três vezes superiores aos dos trabalhadores. Entre os maiores ordenados e os menores salários chega a existir uma diferença de cerca de dez vezes. Além disso, entre os tecnoburocratas há obviamente um escalonamento. A alta tecnoburocracia, principalmente, goza de uma série de privilégios, como automóveis oficiais, casas de campo. Estes privilégios não são exagerados, quando comparados com os existentes nas sociedades capitalistas, e não correspondem ao modelo de uma sociedade tecnoburocrática, a qual, em princípio, seria fortemente hierarquizada. Em relação à média tecnoburocracia, pude verificar pessoalmente este fato. Mas as distinções de padrão de vida e de poder são suficientes para configurar uma diferença de classes. Talvez, como essas diferenças não são tão acentuadas, e, por outro lado, como a mobilidade social é grande, a denominação “camada” fosse mais adequada do que a classe social, conforme sugeri em um trabalho anterior.¹⁹ Entretanto, na medida em que, no âmbito das relações de produção existentes, os tecnoburocratas, e particularmente a alta tecnoburocracia podem ser considerados os proprietários ou efetivos controladores da organização burocrática estatal e, portanto, dos meios de produção, podemos falar em pelo menos duas formas diferentes de inserção nas relações de produção e, portanto, em duas classes sociais. A relação de produção específica de modo estatal de produção deixa

¹⁹ Ver Luiz C. Bresser-Pereira, *Empresários e Administradores no Brasil*, Brasiliense, 1974, São Paulo, pp. 91-103. O fato de a mobilidade social ser maior do que nos países capitalistas, entretanto, não impede que a maioria dos dirigentes políticos chineses tenham origem nas camadas médias. Ver Jacques Guillermez, “Sociologie du Bureau Politique du Parti communiste Chinois”. *Pouvoir, Revue d’Etudes Constitutionnelles et Politiques*, 1977, n° 3, número especial sobre a China.

de ser o capital, que não mais existe, e passa a ser a organização. Organização é uma estrutura de produção hierárquica, administrada de cima para baixo por uma tecnoburocracia, que detém sua efetiva propriedade ou controle. Como a burguesia se define pela propriedade privada dos meios de produção, vale dizer pelo capital, a tecnoburocracia se caracteriza pela propriedade coletiva (mas não comum) da organização.

A leitura atenta do relatório do Presidente Hua Kuo-feng na segunda seção da quinta Assembléia Popular Nacional deixa muito clara a existência das duas classes. A todo instante ele está fazendo recomendações, ora aos tecnoburocratas (ou, como os chineses preferem chamar, administradores ou intelectuais), ora aos trabalhadores. Por exemplo, afirma ele que “os senhores desta sociedade socialista são os operários, os camponeses e os intelectuais, assim como os outros patriotas que aprovam o socialismo.”

Por outro lado, as contradições entre elas são reconhecidas, mas sistematicamente reduzidas ao mínimo. A luta de classes, que estava no centro da Revolução Cultural, é agora posta de lado. Nestes termos, continua o presidente chinês: “Existe ainda entre eles contradições diversas, mas elas não contêm nenhum conflito de interesses fundamental”, pois a edificação e o desenvolvimento do socialismo representam seu interesse comum”.²⁰

Aliás, seria difícil imaginar outro tipo de posição por parte de um governante. Nesse sentido, o discurso da classe dominante é sempre o mesmo, seja qual for a formação social. Segundo Hua Kuo-feng, sem dúvida, os “contra-revolucionários, os agentes secretos do inimigo, os delinquentes de tipo que ameaçam a ordem pública socialista, e também os elementos degenerados e os novos exploradores que se entregam à malversação, ao roubo e à especulação; persistem em sua posição reacionária certos elementos que pertenciam ao grupo dos quatro, um número ínfimo de proprietários de terra e de camponeses ricos mal reeducados”.²¹ A existência desses elementos contra-revolucionários justifica ainda falar-se de luta de classe. Não as contradições entre tecnoburocratas e trabalhadores. Estas são chamadas de “contradições no seio do povo”, que não podem ser confundidas com a luta de classes limitada à luta entre os “trabalhadores”, ou seja o estado chinês, e os “inimigos do povo”.

Em relação à luta de classes, limitada a esta situação particular, continua o presidente chinês: “Primeiramente, é preciso admitir que a luta de classes não terminou, mas que não é mais nem necessário nem indicado conduzir a luta de classes sob a forma de vastos e impetuosos movimentos de massa”.²² Já que a luta de classes só deve ser movida contra os “inimigos do povo”, estas contradições devem ser resolvidas pelo método da “ditadura do proletariado”. Em outras palavras, o estado, através de seus aparelhos repressivos, se encarregará da luta de classes. A ordem prevalece sobre a revolução. A luta de classes, que era uma das bases da Revolução Cultural, é substituída por um sistema legal e policial repressivo. Em compensação, os abusos e violências que também marcaram a Revolução Cultural são controlados.

Quanto às contradições entre os tecnoburocratas e os trabalhadores manuais, que Hua Kuo-feng chama eufemisticamente de “contradições no seio do povo”, estas devem ser resolvidas não através da luta de classes, mas pela crítica interna que garanta sempre a unidade do sistema. Em suas palavras: “nossas contradições com o inimigo devem ser reguladas pelo método da ditadura enquanto que as contradições no seio do povo devem ser resolvidas pelo método chamado da ‘unidade-crítica-unidade’; e tratam-se das primeiras ou das segundas, é preciso sempre se apoiar sobre as massas populares e observar rigorosamente a legalidade socialista”.²³

Em síntese, a China depois de Mao está voltando para o desenvolvimento traduzido e as quatro modernizações, para a ordem, para a disciplina, para o trabalho árduo, para a legalidade, para a abertura

²⁰ op. cit., p. 16.

²¹ op. cit., p. 16.

²² op. cit., p. 10.

²³ op. cit., p. 11.

democrática estritamente limitada à crítica interna. O comando pertence a tecnoburocracia, que deverá ser treinada nas técnicas mais modernas, e que terá sua autoridade e sua responsabilidade correspondentemente aumentadas. A Revolução Cultural está terminada. Ainda não chegou a hora para a sociedade sem classes. O socialismo continua um objetivo na China, mas é o estatismo o modo de produção dominante, e provavelmente o será por um longo tempo.

Modelos de Industrialização

Significa tudo isto que a extraordinária experiência social chinesa deva ser simplesmente condenada? Será razoável colocá-la no mesmo plano do totalitarismo soviético, onde o modo de produção dominante é também o estatal? Justifica-se um radical desencantamento com a experiência chinesa porque a Revolução Cultural foi abandonada?

Posições dessa natureza são apressadas, unilaterais. A China é um dos exemplos mais dramáticos de um povo que, sob a liderança de uma elite dirigente estatal, empreende sua transformação em uma sociedade moderna ou desenvolvida. Desde a segunda metade do século XIX, quando a França, a Alemanha e o Japão realizaram seu desenvolvimento, buscado equiparar-se à Inglaterra e aos Estados Unidos, foi o estado o agente fundamental do desenvolvimento. Entretanto, nesses países foi possível à burguesia e a certos setores da aristocracia assumir a liderança do estado adotando uma ideologia nacionalista e industrializante. Mas o desenvolvimento foi sempre realizado de forma autoritária, ainda que esses países partissem de uma base econômica muito mais avançada do que a chinesa. O estabelecimento da democracia burguesa só ocorreu posteriormente à industrialização e depois de guerras terríveis. Um segundo caso foi o da União Soviética, na qual a industrialização foi assumida por classe tecnoburocrática também nacionalista e industrializante, eliminando-se a burguesia. Embora também se partisse de uma base econômica relativamente avançada, o modelo soviético foi e continua sendo de um autoritarismo absoluto. E o período estalinista dos anos trinta constituiu-se em um dos momentos trágicos da história da humanidade. Um terceiro caso é o dos países subdesenvolvidos como o Brasil, o México ou a Índia, que presentemente empreendem sua industrialização sob a liderança de um estado controlado pela burguesia, pela tecnoburocracia e pelas empresas estrangeiras. Nesses países a tendência é também fortemente autoritária ao mesmo tempo em que se reproduzem desigualdades econômicas extremas, na medida em que as classes dominantes buscam reproduzir os padrões de consumo dos países centrais. Configura-se uma situação de subdesenvolvimento industrializado e dependente, em que a modernização serve apenas à classe dominante.

O modelo chinês corresponde a um caso de industrialização em que uma tecnoburocracia estatal assume de forma exclusiva a liderança do desenvolvimento econômico.

Como nos demais casos em que a liderança coube ao estado, o regime democrático foi excluído das cogitações. Este modelo pode ser distinguido do soviético porque os níveis iniciais de desenvolvimento das forças produtivas eram consideravelmente mais baixos. Este fato poderia sugerir um maior índice de autoritarismo. Mas talvez em virtude das diferentes personalidades de Mao e Stalin, talvez em virtude do fato de que a China foi menos ameaçada externamente do que a União Soviética, o autoritarismo da cúpula dirigente chinesa, embora indiscutível, parece menor do que a da União Soviética. Jamais houve um período estalinista na China. E se Stalin é admirado pelo povo chinês, isto se deve ao forte apoio que deu à revolução chinesa e ao seu desempenho na segunda guerra mundial. Seus erros, entretanto, são reconhecidos. Por outro lado, a revolução chinesa completa em 1979 trinta anos, enquanto que a russa já tem mais de sessenta. É razoável, ter mais esperança quanto à implantação da democracia e do socialismo na China do que na União Soviética.

Na verdade, a despeito de a Revolução Cultural ter sido abandonada, a formação estatal chinesa apresenta êxitos extraordinários. Em trinta anos, o desenvolvimento econômico foi notável. E seus frutos foram repartidos entre todo o povo de uma maneira extraordinariamente equitativa, ainda que não igualitária. Não há fome, não há subnutrição, não há analfabetismo na China, enquanto que, em países com renda por habitante muito maior, estes males estão presentes e parecem insuperáveis. Os índices de criminalidade são baixíssimos, a prostituição desapareceu, a medicina socializada abrange toda a

população, os direitos das mulheres em relação aos homens apresentam progressos notáveis. Ainda que também se dê ênfase à indústria pesada, a agricultura e a indústria leveira recebem certa prioridade, na medida que primeiro é preciso alimentar e vestir o povo. Esta é também uma política muito diferente da soviética. Graças a isto e a um índice de crescimento populacional cada vez menor, o padrão de vida do povo melhora dia a dia. No presente momento começa a generalizar-se o uso das máquinas fotográficas e dos aparelhos de televisão. Em 1978 a produção agrícola cresceu 8,9% e a industrial 13,5% em 1979, de acordo com o plano nacional, a agricultura deverá crescer 4%, a indústria leveira 8,3% e a indústria pesada 7,6%; a produção de máquinas fotográficas, no entanto, deverá crescer 23% e a de televisores, 100%.²⁴

Traços do Socialismo

Os êxitos econômicos e socialistas do regime chinês são, portanto, notáveis. Já o eram antes da Revolução Cultural e continuaram a sê-lo depois. Por outro lado, embora possamos falar em uma sociedade de classes, já observamos que as diferenças são bastante reduzidas, quanto comparadas aos padrões dos países capitalistas centrais, e reduzidíssimas em relação aos países subdesenvolvidos. O fato de a China ser ainda um país dominante camponês, com cerca de 80% da população vivendo no campo, somando a uma forma agrária de caráter efetivamente socialista, baseada na criação das comunas populares subdivididas em brigadas de produção, é também um fator importante para explicar a persistência de traços socialistas na formação social chinesa. Reduzir as comunas a um sistema de administração burocrática é hoje uma tarefa extremamente difícil na China, e provavelmente não entra nas considerações dos dirigentes chineses.

Por outro lado, a Revolução Cultural deixou suas marcas na liderança chinesa. A autogestão ou pelo menos a participação dos trabalhadores continua um objetivo, ainda que no momento postergado. Afirma o presidente Chinês: “Nós devemos instaurar nas empresas um sistema de representação dos trabalhadores, os responsáveis pelas empresas deverão prestar contas regularmente de suas atividades perante as assembléias de trabalhadores e ouvir seus conselhos”.²⁵ Por outro lado, ainda que se procure conter ao invés de estimular a luta de classes, os dirigentes chineses estão cientes dos desvios em que pode incidir a tecnoburocracia. Afirma o presidente chinês, depois elogiar os funcionários e administradores: “Entretanto, há também aqueles que imaginam que os deveres e a disciplina são exclusivamente destinados às massas, e que os administradores, em particular os administradores superiores, não têm senão direitos não existindo para eles deveres, estando dispensados da disciplina”.²⁶ No mesmo sentido, afirma também: “Nós devemos impedir de forma absoluta que nossos administradores, que são servidores do povo, se transformem em senhores que dominem o povo”.²⁷

É claro que essas afirmações podem ser atribuídas à mera retórica. Não há dúvida de que os dirigentes chineses se vêem envolvidos em contradições que simples palavras não resolvem. Mas não há razão para negar qualquer validade a essas afirmações. Tudo o que se pode observar na China, entretanto, indica que elas também têm uma base na realidade.

A experiência chinesa mostra que as formações sociais onde o modo de produção estatal é dominante podem variar muito de uma para outra. Parte das críticas que se dirige ao regime soviético não são aplicáveis ao chinês. Do ponto de vista da eliminação da sociedade de classes, o término da Revolução Cultural foi um retrocesso. Mas no pleno da democracia não houve retrocesso; pelo contrário, tudo indica que houve algum progresso, embora a China esteja longe de ser um país democrático. Como a União Soviética anteriormente, a China vem logrando grandes êxitos econômicos. E a distribuição de renda na China é provavelmente mais equitativa do que na União Soviética, embora

²⁴ Relatório de ministro das finanças, Zhang Jintu, “L’Economie Chinoise en 1978 et 1979”. *Beijing Information*, nº 26, 2 de julho de 1979, pp 8-10.

²⁵ op. cit., p. 27.

²⁶ op. cit., pp. 20-30.

²⁷ op. cit., pp. 27-28.

neste país também já se tenha alcançado uma grande equiparação, em termos de padrão de vida (não em termos de poder) entre os intelectuais e os trabalhadores manuais.

A revolução chinesa tinha três grandes objetivos: o socialismo, a independência nacional e o desenvolvimento econômico. Os dois últimos objetivos estão sendo atingidos com extraordinário êxito. O primeiro não pode ainda ser realizado. A burguesia foi eliminada, as desigualdades econômicas reduziram-se drasticamente, mas uma nova classe dominante assumiu autoritariamente o poder. A China não estava preparada para o socialismo, porque seu povo não estava ainda em condições de caminhar no sentido da eliminação das diferenças principalmente de poder entre trabalho intelectual e trabalho manual, especialmente se se desejava, ao mesmo tempo, alcançar os dois outros objetivos: modernização e independência nacional. Por isso restou alternativa à China senão transformar-se em uma formação social dominante estatal. Mas a análise que acabamos de realizar também parece ter deixado claro que nessa formação social já existem traços autenticamente socialistas. Se essas características vão se acentuar ou vão se esvaecer é difícil prever. Prefiro ficar com a primeira alternativa. Por outro lado, se valeu a pena para o povo chinês pagar o preço do estatismo e do correspondente autoritarismo, ou se ele teria alternativas mais favoráveis, é uma escolha que os ocidentais, acostumados à democracia, têm dificuldade de fazer. Não creio, entretanto, que o povo chinês enfrenta a mesma dificuldade.

Para os países capitalistas centrais, que iniciaram sua industrialização no século passado ou mesmo antes disso, havia uma alternativa democrática. Vimos, entretanto, que os países centrais que se atrasaram no seu processo de industrialização já tiveram que recorrer ao autoritarismo. Em qualquer hipótese, nos países capitalistas centrais a democracia e a modernização, ainda que não fossem uma dádiva da burguesia, foram conquistadas sob o domínio dessa classe. Hoje as liberdades democráticas constituem-se em uma conquista fundamental da humanidade. Para os países subdesenvolvidos, entretanto, que realizam sua industrialização neste século, a situação é muito diferente. Aqueles que já possuíam burguesias relativamente desenvolvidas podem tentar reproduzir a experiência política liberal. Mas como o caso do Brasil, entre muitos outros, deixa muito claro, esse projeto é cheio de percalços. Já os países subdesenvolvidos em que a burguesia local não tinha qualquer possibilidade de liderar um processo de modernização, a única alternativa era a tomada do poder por uma tecnoburocracia estatal. Este é o caso da China e da maioria dos países asiáticos e africanos. Mas isto não significa que todos deverão seguir um caminho único. Como o caso da China demonstra com clareza, as formações sociais em que o modo estatal de produção é dominante podem variar bastante entre si. Afinal, o estado moderno, na medida em que é antes de qualquer coisa um agente de modernização, é também o instrumento por excelência através do qual os homens fazem sua própria história.

É certo que ao criar o estado como demiurgo da história, a sociedade civil também cria ou dá oportunidade de surgimento a uma nova classe dominante: a tecnoburocracia. Define-se, assim, a contradição fundamental do nosso tempo, da qual a China é um espelho dramático. Na medida em que a sociedade quer se tornar senhora de sua própria história, visa à independência nacional, ao desenvolvimento econômico e ao socialismo, ela cria o estado. Mas ao fazê-lo está ameaçada de cair sob o domínio de uma nova classe que esse próprio estado engendrou.

A União Soviética e as Classes

Problemas semelhantes são enfrentados pela União Soviética, embora esse país já se encontre em um estágio de desenvolvimento econômico muito superior ao da China. Na verdade, as semelhanças entre as duas sociedades são muito grandes, a partir do fato de que em ambas o modo estatal de produção é dominante.

Os êxitos econômicos também foram extraordinários na União Soviética. E o grau de igualitarismo na União Soviética é provavelmente quase tão grande quanto na China. As diferenças econômicas entre operários e a maioria dos trabalhadores intelectuais são muito pequenas. Como todo o custo da educação é assumido pelo Estado, não se considera um custo para o indivíduo estudar mais. Por isso os exames vestibulares para as universidades continuam concorridíssimos, embora os salários de operários

e trabalhadores intelectuais sejam semelhantes. Os tecnoburocratas, entretanto, têm uma possibilidade de maior mobilidade profissional, o que afinal pode garantir um pouco mais de renda e muito mais poder. É esta possibilidade de alcançar mais poder e uma maior participação do excedente que nos permite falar em uma nova classe de tecnoburocratas.

É preciso, entretanto, admitir que os privilégios econômicos alcançados por essa classe são muito menores do que alcançados pela alta burguesia nos países capitalistas e menores também do que os da alta tecnoburocracia nos países capitalistas. Esta, na medida em que serve a burguesia, administrando seus negócios, se sente com direito a padrões de vida semelhantes aos da burguesia. Já em países como a União Soviética e a China, onde a burguesia foi eliminada, a alta tecnoburocracia não tem esta razão para se diferenciar economicamente dos trabalhadores. Por outro lado, toda a ideologia igualitarista do socialismo, condenando a distinção entre trabalho manual e intelectual, dificulta essa diferenciação. Enquanto nos países capitalistas a ideologia que valoriza o trabalho intelectual sobre o manual está profundamente enraizada, na China como na União Soviética essa ideologia é oficialmente condenada. Na União Soviética encontrei um engenheiro finlandês que se revelava indignado com a pouca valorização do trabalho dos técnicos quando comparado com o operário manual. Sua reação era semelhante a do magistrado brasileiro na China ao ver que o chefe de uma brigada de mais de 800 pessoas, controlando 300 hectares de terras férteis, era um camponês como qualquer outro. Esta “inversão da ordem natural das coisas” está acontecendo tanto na União Soviética quanto na China. O trabalho intelectual é menos árduo e afinal pode permitir, a alguns, maior poder e participação no excedente. Por isso é ainda preferido apesar dos longos anos de estudos e de os salários tenderem a ser semelhantes aos dos operários muitos anos.

Isto não significa que exista na União Soviética uma sociedade igualitária. Como na China, e talvez um pouco mais acentuadamente, as diferenças de remuneração existem. Em 1972, quando o salário mínimo na União Soviética era de 60 a 70 rublos e o salário médio de 130 rublos mensais, Mervyn Matthews estimou que cerca de 0,2% da força de trabalho eram constituídas por uma elite ganhando ordenados superiores a 450 rublos.²⁸

Estas diferenças, que incluem os ganhos indiretos, são suficientes para demonstrar que as diferenças de classe não desapareceram na União Soviética. Mas revelam que estas diferenças são muito menores do que nos países capitalistas. Nesta pesquisa o objetivo explícito de Mervyn Matthews era o de “provar que privilégios políticos, econômicos e sociais existem sob o consumo”.²⁹ No entanto, no final do livro o autor admite que “a família soviética de elite no início dos anos setenta possuía um padrão de vida aproximadamente igual ou talvez um pouco abaixo ao de uma família norte-americana média”.³⁰ Ora, ainda que a renda por habitante na União Soviética ainda seja consideravelmente inferior à dos Estados Unidos, torna-se difícil demonstrar a existência de grandes privilégios ou grandes diferenças de classe na União Soviética a partir de padrões de consumo tão modesto para a elite soviética, estimada pelo autor em 0,2% da população.

Por outro lado, é importante assinalar que não existe uma tendência ao aumento das desigualdades na União Soviética. Este fenômeno ocorre durante a dominação estalinista, mas há indicações seguras de que a partir dos anos cinquenta houve uma reversão dessa tendência, com a diminuição sistemática das diferenças entre a tecnoburocracia e os trabalhadores manuais.³¹

²⁸ *Privilege in the Soviet Union*, George Allen & Unwin, 1978, Londres p. 22.

²⁹ *op. cit.*, p. 7.

³⁰ *op. cit.*, p. 177.

³¹ Jonh H. Goldthorpe, “Estratificação Social na Sociedade Industrial”. In Neuma Aguiar, org., *Hierarquia em Classes Sociais*, Zahar, 1974, Rio de Janeiro, pp. 245-246. O autor baseia suas afirmações nos levantamentos realizados por Robert A. Feldmesser e Alec Nove. Por outro lado, segundo Leonard Joel Kirsch (“Soviet Wages: Changes in Structure and Administration Since 1956”, MIT Press, 1972, Boston, citado por David Laibman) Ver referência bibliográfica em seguida na próxima nota de rodapé.

Sem dúvida, é possível falar em classes na União Soviética: em uma classe dominante de tecnoburocratas ou “intelectuais” e em uma classe de trabalhadores manuais. Mas as diferenças de classes, do ponto de vista econômico, são reduzidas. Dentro da tecnoburocracia, apenas uma pequena porcentagem dos altos administradores do Partido Comunista, do Governo e das grandes empresas estatais alcançava padrões de vida claramente diferenciados dos padrões dos trabalhadores manuais, mas mesmo nesse caso as diferenças são consideravelmente menores do que nos países capitalistas. Por outro lado, a mobilidade social, ainda que limitada, é maior na União Soviética e na China do que nos Países capitalistas.

Estas considerações deixam claro que a aplicação das teorias sobre as classes sociais formuladas para explicar as sociedades capitalistas decididamente deve ser feita com muito cuidado para análise da situação social em países como a União Soviética. Na verdade, em formações sociais predominantemente, estatais, só podemos falar em classes sociais, em sentido lato; na medida em que podemos identificar as relações de produção tecnoburocráticas ou estatais, e dividir a sociedade em uma classe dominante, que tem, em diversos graus, o controle da organização burocrática estatal e uma classe dominada formada pelos trabalhadores manuais. Enquanto os trabalhadores recebem salários diretamente relacionados com sua produtividade, os tecnoburocratas recebem ordenados, que dependem de sua posição hierárquica na organização estatal.

Não devemos, entretanto, enfatizar estas distinções baseadas na inserção dos dois grupos nas relações de produção, porque, ao contrário do capitalismo, que é uma sociedade de classes de estrito senso, em que o elemento econômico é fundamental nas sociedades estatais, as classes lato senso assumem o caráter de camadas sociais relativamente fluidas, caracterizadas por grande mobilidade social, em que fator político tem papel fundamental. Mais especificamente, temos uma classe tecnoburocrática, que deve ser subdividida pelo menos em duas camadas - a alta e a média tecnoburocracia - e uma camada de trabalhadores, que também pode ser subdividida em camadas. As diferenças entre a média tecnoburocracia e os trabalhadores, em termos de renda, de prestígio e poder, são pequenas. E mesmo as diferenças em termos de renda entre a alta tecnoburocracia e as demais camadas da sociedade são pequenas. O que distingue fundamentalmente a alta tecnoburocracia do restante é o fato de em seus membros se concentram todo o prestígio e o poder.

É preciso assinalar, por outro lado, que esse prestígio e esse poder não derivam da propriedade direta de meios de produção, mas da posição na hierarquia da organização. A propriedade tecnoburocrática é coletiva. Para que ela possa se concretizar em termos de fruição de bens, ela deve ser mediatizada pela posição ocupada pelo tecnoburocrata na hierarquia organizacional. O poder, portanto, confunde-se com a posição na hierarquia da organização ou dela deriva. Quanto maior for o poder (e a dimensão) da própria organização, e mais elevada a posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional, maior será seu poder pessoal. Esse poder será fonte de acesso aos bens materiais e não vice-versa, como acontece no capitalismo, em que é a propriedade direta do capital que determina a posição social.

David Zaibman faz uma crítica das duas teorias mais comuns sobre a formação social soviética - a teoria do capitalismo de estado e a teoria que venho procurando ajudar a desenvolver da emergência de uma nova classe burocrática - para concluir que a URSS seria uma sociedade capitalista. Vale a pena ler seu trabalho pela bem estrutura crítica à teoria do capitalismo de estado e pela análise factual da formação social soviética. Sua análise, entretanto, deixa muito a desejar quando analisa a teoria do estatismo e da classe tecnoburocracia, seja porque não a conhece suficientemente, seja porque continua apegado a conceitos marxistas relacionados exclusivamente com o capitalismo e, portanto, inadequada para a compreensão de um novo fenômeno social como é o modo estatal ou tecnoburocrático de produção.³²

As diferenças de poder e prestígio entre a alta tecnoburocracia e o restante da sociedade são, portanto, muito grandes. Mas já vimos que não implicam, em absoluto, em diferenças econômicas

³² David Laibman, “The ‘State Capitalist’ and ‘Bureaucratic-Exploitative’ Interpretations of the Soviet Social Formation: a Critique”. *The Review of Radical Political Economics*, vol. 10, nº 4, winter 1978, pp. 24-34.

marcantes. O padrão de vida na União Soviética é uniformemente elevado. Se na China não há miseráveis, na União Soviética não há pobres. Moscou e Leningrado são duas magníficas cidades. Os prédios de apartamento, que não param de ser construídos, são modernos e construídos no meio de gramados, à semelhança das superquadras de Brasília. Os bens de consumo continuam limitados, na medida em que o poder aquisitivo do povo é maior do que a capacidade de produção. A alimentação é abundante. Não existe a variedade de bens existentes nos países capitalistas primeiro, não se limita o consumo através do preço e, segundo, porque, quando um bem é colocado no mercado, espera-se que praticamente todo o povo possa vir a comprá-lo. Isto ainda não é verdade em relação aos automóveis, embora o número de automóveis particulares nas ruas esteja crescendo muito.

Não há praticamente inflação. Os preços dos produtos básicos alimentícios e não-alimentícios foram congelados em 1955 e permaneceram praticamente estáveis desde então. Por outro lado, os salários quase triplicam nesse período. Na verdade, o preço dos produtos não-alimentícios caiu um pouco e o dos produtos alimentícios subiu ligeiramente. Teriam subido bem mais não fosse um amplo programa de subsídios aos produtos alimentares básicos, aos transportes coletivos e a habitação. Aliás, é preciso observar que, em virtude destes subsídios, os preços definitivamente não correspondem aos valores-trabalho na União Soviética. Ao contrário do modo capitalista de produção, em que todos os bens são transformados em mercadorias com o objetivo de serem comercializadas pelo seu respectivo valor de troca, na União Soviética os preços têm um componente político muito forte.

Autoritarismo Monolítico

O grande problema da sociedade soviética obviamente não reside na área econômica, nem na área social. Apesar de todas as dificuldades que enfrenta, não há dúvida que a sociedade soviética é economicamente muito dinâmica, a distribuição da renda tende mais para o igualitarismo do que para grandes diferenças entre as famílias, a mobilidade social é acentuada, embora ainda esteja longe de ser plena, em virtude dos esforços dos tecnoburocratas para assegurarem a mesma posição social para seus filhos. O grande problema da União Soviética obviamente é político. O regime soviético é um regime monolítico, monolítico e totalitário. Apesar de o discurso oficial soviético, como o chinês, falar insistentemente em democracia socialista, o regime é definitivamente ditatorial. A “democracia soviética” é garantida pela constituição, e tem como princípios a igualdade perante a lei, os direitos iguais para as mulheres, a igualdade das nações e etnias, o direito de participar do governo em todos os seus níveis. Conforme afirma um livro que reproduz as posições oficiais do governo soviético sobre o assunto, “nas bases da democracia socialista estão a concepção da propriedade socialista e do sistema econômico socialista, juntamente com a crescente homogeneidade do povo soviético, o qual se constitui em uma nova comunidade histórica”.³³ E logo a seguir, depois de esclarecer que uma “firme união e total cooperação foram estabelecidos entre a classe operária, os camponeses das fazendas coletivas e os intelectuais”, não podendo, portanto, se falar em luta de classes, os autores definem a democracia socialista: “A participação de cada cidadão na administração dos negócios comuns da sociedade é a essência da concepção marxista-leninista de democracia”.³⁴

Deve ficar bem claro, porém, que a liberdade assegurada pela Constituição não pode ser usada contra a segurança nacional e a ordem pública socialista. Segundo art. 50 da Constituição da União Soviética, estão assegurados os direitos de liberdade de expressão, imprensa, desfile e manifestação de rua. Mas como esclarece um folheto explicativo da Constituição soviética, a grande diferença e a grande vantagem da democracia soviética sobre a democracia burguesa está no fato de não serem permitidos movimentos políticos sociais como os partidos fascistas.³⁵ Na verdade, em nome da segurança nacional e da manutenção do regime político vigente, a União Soviética pratica uma rígida ditadura. O discurso oficial soviético é “democrático”, mas a democracia inexiste. Esta contradição, aliás, é comum a todos

³³ D. A. Kerimov, coordenador, *Soviet Democracy in the Period of Developed Socialism*, Progress Publishers, 1979, Moscou, p. 6.

³⁴ *op. cit.*, pp. 7 e 13.

³⁵ A Constituição da URSS Garante, Agência de Imprensa Novosti, 1979, Moscou, p. 44.

os regimes ditatoriais, como a recente experiência ditatorial no Brasil demonstrou. Entretanto, enquanto a ditadura era um corpo relativamente estranho dentro da sociedade brasileira e já foi fortemente amenizada, na União Soviética como na China está profundamente integrada em sua formação social, em virtude de seu caráter dominante tecnoburocrático ou estatal.

A inexistência de democracia tanto na União Soviética como na China obviamente não constitui um acidente ou desvio passageiro. Da mesma forma que as diferenças de classe e de riqueza são um elemento estrutural no capitalismo, a ditadura de uma oligarquia burocrática é inerente às formações sociais estatais. Toda a sociedade é reduzida à condição de uma organização burocrática. Em última análise, a organização burocrática ou aparelho estatal abrange toda a sociedade. Em consequência dois princípios correlatos, essencialmente antidemocráticos - a centralização e a hierarquia - se estendem sobre toda a sociedade. Fala-se insistentemente em descentralização como nas organizações burocráticas, mas a descentralização não é outra coisa senão uma estratégia de manter o poder final concentrado no alto da pirâmide hierárquica. Centralização ou “centralismo democrático”, de acordo com a expressão chinesa soviética, e hierarquia ou “disciplina e união monolítica do povo” são duas bases do sistema de poder em um regime estatal. A democracia, além de se constituir em uma retórica ideológica, é também um meio para que esta unidade monolítica seja alcançada através do estado. Nos termos da publicação semi-oficial soviética já citada, “a democracia funciona como um princípio fundamental de unificação e de maior unidade entre a sociedade e o estado”.³⁶ Conforme reconhece Francis Cohen, membro do Partido Comunista Francês, “no centro da questão existe sem dúvida uma idéia: a do monolitismo. Ou seja, em virtude de desaparecimento da exploração capitalista, e do surgimento de uma certa homogeneidade social, toda a vida política, cultural e ideológica deve formar um bloco coerente; no limite ela deve ser pensada de uma maneira única, em um único lugar, de onde é extraída e em seguida se propaga espécie de quinta-essência”.³⁷

A democracia plena é incompatível com o capitalismo, na medida em que este está baseado na desigualdade econômica, mas é mais incompatível ainda com o estatismo, já que está fundado na hierarquia organizacional. Isto não significa que uma formação predominantemente estatal, em que a autogestão ainda não se implantou em todos os níveis da produção e da própria administração pública, não possa ser democrática. Mas para isso será necessário que a transição para o socialismo esteja avançada e/ou que a crítica interna ao autoritarismo burocrático ganhe vigor para que essa transição se inicie.

Conclusão

O controle estatal da economia é, antes de tudo, uma estratégia de industrialização e desenvolvimento para sociedades atrasadas. No caso da União Soviética e da China, esta estratégia coincidiu com revoluções originalmente socialistas. A lógica da industrialização estatal, entretanto, sobrepôs-se ao idealismo revolucionário socialista. As demandas do desenvolvimento das forças produtivas, consubstanciadas em maior unidade e organização social, aliaram-se aos interesses de uma nova classe de tecnoburocratas austeros e modernizantes, que emergiu do seio da revolução socialista. A experiência soviética já tem mais de sessenta anos, a chinesa completa agora trinta anos. Na União Soviética, com a morte prematura de Lenin, a burocracia tomou cedo o poder, sob a liderança da Stalin; na China, a resistência de Mao à burocracia foi muito mais longa e profunda. Em ambos os casos, e em particular na China, houve uma certa caminhada em direção ao socialismo, mas mais decisivo foi o percurso em direção ao estatismo, apoiado nas necessidades ou pressões de um maior desenvolvimento das forças produtivas.

Na China, com a retomada do poder pela tecnoburocracia, depois do fim da Revolução Cultural, o processo de abertura em relação ao Ocidente acelerou-se, ao mesmo tempo em que o processo de desenvolvimento voltava a ter precedência sobre a distribuição de renda e a autogestão operária. A

³⁶ D. A. Kerimov et alii, op. cit., p. 11.

³⁷ Alexandre Adler, Francis Cohen e outros, *L'URSS et Nous*, Editions Sociales, 1978, Paris, p. 132.

política das quatro modernizações foi transformada no imperativo fundamental da sociedade chinesa. Disciplina, trabalho árduo, hierarquia, divisão de trabalho, incentivos monetários foram novamente enfatizados. Ao mesmo tempo, a China passava a dar prioridade absoluta à transferência de tecnologia, os investimentos das multinacionais eram estimulados, o turismo transformava-se em uma fonte de divisas, o comércio com os países capitalistas crescia rapidamente.

Face a estas modificações, alguns imaginaram que a China estaria caminhando no sentido do capitalismo. Esta suposição não tem nenhum fundamento. O capitalismo foi há muito liquidado na China e não apresenta qualquer perspectiva de ser ressuscitado.

Outros se perguntaram: será que, ao entrar em contacto com a tecnologia e os bens de consumo do Ocidente, o regime chinês não irá se desfigurar?

Esta questão é mais pertinente. E para respondê-la será preciso primeiro saber o que significa o “desfiguramento do regime chinês”. Se significa o progressivo abandono do socialismo e sua substituição pelo estatismo, esse processo está em pleno desenvolvimento. A absorção acelerada de tecnologia ocidental poderá apressá-lo, mas não implicará em nenhuma mudança de tendência. Mudança de tendência seria a Revolução Cultural, mas ela foi abandonada.

Ora, na medida em que a formação social chinesa se torna aos poucos predominantemente estatal ou tecnoburocrática, ela se aproxima da formação social soviética, apesar de todas as divergências de ordem política. Historicamente, o fato de dois países caracterizarem-se pelo mesmo modo de produção jamais os impediu de serem inimigos.

As semelhanças entre as duas formações sociais são notáveis. O estado é o único proprietário dos meios de produção, uma tecnoburocracia modernizante, nacionalista, autoritária e economicamente acética controla o estado. Um claro igualitarismo econômico e crescentes padrões de vida (estando os da União Soviética em um estágio naturalmente muito superior aos da China) garantem grande estabilidade política. Os privilégios da relativamente reduzida tecnoburocracia dominante dependem das posições na hierarquia do Partido e do governo. Estes privilégios, por sua vez, traduzem-se muito mais em poder e prestígio do que em vantagens econômicas. Ao contrário do capitalismo, em que o poder depende fortemente da capacidade de apropriação do excedente econômico, em ambos os países o poder é autônomo em relação à forma de apropriação do excedente. Esta é feita pelos tecnoburocratas através de ordenados diretos e indiretos, mas estes ordenados não chegam a estabelecer diferenças econômicas radicais com os demais trabalhadores. A média tecnoburocracia tende a receber ordenados semelhantes senão inferiores aos dos trabalhadores manuais.

No plano econômico, além do controle estatal, temos ainda outras semelhanças: o planejamento econômico centralizado; a gestão relativamente descentralizada das empresas; a maior autonomia das unidades econômicas no setor agrícola; a estabilidade de preços; os subsídios ao consumo de bens básicos; o baixo preço dos aluguéis; a ênfase na indústria pesada e de bens de capital; o crescimento rápido do produto nacional; a elevação persistente dos padrões de consumo de toda a população. No plano social, uma estrutura de classes semelhante: alta tecnoburocracia de um lado, média tecnoburocracia, trabalhadores urbanos e camponeses de outro; um igualitarismo econômico bastante acentuado. No plano político, o marxismo-leninismo como ideologia oficial; o partido único; o autoritarismo; a estrutura burocrático-hierarquizada do poder; a existência de eleições indiretas que ao mesmo tempo em que buscam legitimar a ordem estabelecida, permitem às bases uma certa participação política; o nacionalismo; a tendência ao imperialismo.

Estas são as semelhanças. Derivam todas do caráter predominantemente estatal e subsidiariamente socialista de ambas as formações sociais. Sem dúvida, o grau de desenvolvimento das forças produtivas é muito mais elevado na União Soviética, a revolução russa tem um pouco mais do dobro da idade da chinesa, o poder da tecnoburocracia está ali mais sofisticado, o estatismo está mais estruturado. Por outro lado, o sistema de comunas e brigadas, segundo o qual organizada a agricultura chinesa, tem um caráter autenticamente cooperativo, autogestionário, ao mesmo tempo em que coaduna com as mais antigas tradições chinesas. Por essas razões e pela herança revolucionária de Mao Tsé-tung, podemos

ter esperança de que a China se mantenha uma sociedade um pouco mais flexível e aberta.

Mas se queremos ser realistas, devemos admitir que o caminho dos dois países, com todas as suas qualidades e defeitos, é muito semelhante. Em ambos, o socialismo e a democracia foram colocados em segundo plano em nome da racionalidade tecnoburocrática, do desenvolvimento econômico, da segurança nacional e da elevação dos padrões de vida.

A grande incógnita que o futuro nos conserva é saber se será possível alcançar afinal o socialismo e a democracia, a partir destas experiências estatais ou tecnoburocráticas. O socialismo, a autogestão, a descentralização econômica, a democracia plena continuam no horizonte das propostas utópicas, mas possível tanto para os países capitalistas quanto para os estatais como a União Soviética e a China. As revoluções socialistas nesses dois países foram prematuras. Nem as forças produtivas haviam alcançado um grau de desenvolvimento, nem o povo havia atingido um nível de cultura e uma capacidade de autogestão suficiente para o socialismo. A burguesia, que se constituía em um obstáculo ao socialismo, foi destruída, mas em seu lugar surgiu uma tecnoburocracia cujo poder e privilégios dependem diretamente do sistema estatal implantado. Nenhum dos países estava maduro para o socialismo. Para acelerar sua modernização e garantir a independência nacional, acabaram tornando-se formações sociais predominantemente estatais. É certo que as reformas para se alcançar o socialismo talvez pudessem ser menos revolucionárias na China ou na União Soviética do que nos países capitalistas avançados, mas, dando o autoritarismo monolítico do regime, é difícil divisar perspectivas para o verdadeiro socialismo e a verdadeira democracia nesses dois países.